



# JORNAL OFICIAL

## Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso



### Índice

Camara Municipal de Tabaporã .....	3
Prefeitura Municipal de Água Boa .....	3
Prefeitura Municipal de Cáceres .....	3
Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte .....	4
Prefeitura Municipal de Castanheira .....	6
Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães .....	6
Prefeitura Municipal de Denise .....	7
Prefeitura Municipal de Feliz Natal .....	10
Prefeitura Municipal de Luciara .....	10
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré .....	16
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra .....	16
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte .....	16

## APRESENTAÇÃO

### DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2019/2020

**Presidente de Honra:** Deputado Ondanir Bortolini (Nininho)

**Presidente:** Neurilan Fraga

**Primeiro Vice-Presidente:** Arnóbio Vieira De Andrade – Marcelândia

**Segundo Vice-Presidente:** Janailza Taveira Leite – São Felix Do Araguaia

**Terceiro Vice-Presidente:** Fabio Marcos Pereira De Farias – Canarana

**Quarto Vice-Presidente:** Noboru Tomiyoshi – Colíder

**Quinto Vice-Presidente:** Fabio Martins Junqueira – Tangará Da Serra

**Secretário Geral:** Jonas Rodrigues Da Silva –Aripuanã

**Primeiro Secretário:** : Francis Maris - Cáceres

**Segundo Secretário:** Valdécio Luiz Da Costa – Dom Aquin

**Tesoureiro Geral:** Marcos De Sá Fernandes Da Silva - Santa Cruz Do Xingu

**Primeiro Tesoureiro:** Adalto Jose Zago – Apiacás

**Segundo Tesoureiro:** Valter Kuhn – Terra Nova Do Norte

### CONSELHO FISCAL

1. Gerson Rosa De Moraes – Pontal Do Araguaia
2. Joabe Almeida Dos Santos – Santo Afonso
3. Mariuza Augusta De Oliveira - Nova Brasilândia

### SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL

1. Silmar De Souza Goncalves – Nossa Senhora Do Livramento
2. Leocir Hanel – Nobres
3. Eugênio Pelachim - Porto Estrela

### Gerente de Comunicação

Malu Sousa

### Responsável pelo Jornal Oficial AMM

Noides Cenio da Silva - (65) 2123-1270

Entre em Contato: [jornaloficial@amm.org.br](mailto:jornaloficial@amm.org.br) (65) - 2123 - 1270

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso  
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

**CAMARA MUNICIPAL DE TABAPORÃ****CAMARA MUNICIPAL DE TABAPORÃ - MT  
COVID-19: PORTARIA 286/2020****PORTARIA 286/2020**

**LAURITA JOSE DE SOUZA SILVA**, Presidente da Câmara Municipal de Tabaporã – MT, no uso de suas atribuições Legais que lhe são conferidas em Lei:-

**RESOLVE:**

**Artigo 1º: Prorrogar o prazo estabelecido no artigo 1º da Portaria nº 279, de 18 de Março de 2020, passando a vigorar a partir de 01 de Maio de 2020 até 30 de Junho de 2020.**

**Artigo 2º:** Altera o artigo 3º da Portaria nº 279, de 18 de Março de 2020, que passa a ter a seguinte redação;

**Art. 3º:** Fica suspensa a presença de público nas sessões ordinárias e extraordinárias, passando as sessões ordinárias a ser realizada às 16:00 horas.

**Artigo 3º:-** Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

**Registra-se****Publica-se****Cumpra-se**

Sala das Sessões, 25 de Maio de 2020.

**Celso Machado**

**Vereador – MDB**

**Marcelo Eduardo Cavalieri**

**Vereador – MDB**

**Gilberto Reis Calado**

**Vereador - DEM**

**Ovídio Neto**

**Vereador - DEM**

**Valdomiro de Melo**

**Vereador - PSB**

**Marcos Antônio**

**Vereador – PSB**

**Laurita José de Souza**

**Presidente da Câmara Municipal de Tabaporã – MT.**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA****COVID-19: AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 012/2020**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO 012/2020.

**Participação Exclusiva de Microempreendedor – ME****e Empresa de Pequeno Porte – EPP.**

A Prefeitura Municipal de Água Boa, estado de Mato Grosso, através de seu Pregoeiro Oficial, nomeada pelo Decreto nº. 3397/2020, comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, que será regida pelo Decreto nº. 1738/2005 e pela Lei nº. 10.520 de 17 de julho de 2.002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores e ainda a Lei 13.797/2020 e demais disposições aplicáveis.

MODALIDADE: Pregão Eletrônico para Registro de Preço nº. 012/2020.

**OBJETO:** Futura e Eventual Aquisição de Álcool em gel 70% e Álcool Líquido 70%, para fins de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus, causador da COVID-19, de acordo com o Termo de Referência.

**DATA:** 04/06/2020.

**HORÁRIO DE BRASÍLIA:** 08h30min.

**ENDEREÇO ELETRÔNICO:** www.comprasgovernamentais.gov.br

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Água Boa MT, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min horas, no site da prefeitura, www.aguaboa.mt.gov.br, no www.comprasgovernamentais.gov.br e através do e-mail licitacao@aguaboa.mt.gov.br.

Água Boa-MT, 25 de maio de 2020.

**Ivania Cezira Volpi Pregoeira Substituta**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES****SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
COVID-19: ATO DE RATIFICAÇÃO – DISPENSA Nº 20/2020**

Interessado: Secretaria Municipal de Saúde

**Objeto:** DISPENSA DE LICITAÇÃO, visando a aquisição de Máscaras Hospitalar Descartável (tipo N95, CLASSE PFF-2) para atender as Unidades da Secretaria Municipal de Saúde.

Empresa: GOLDENPLUS COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – CNPJ: 17.472.278/0001-64

Valor: R\$ 19.800,00 (dezenove mil e oitocentos reais).

*Ratifico a Dispensa de Licitação em consonância com o Parecer Jurídico nos termos do Art. 24, da Lei Federal nº 8.666 /1993.*

Prefeitura Municipal de Cáceres, 26 de maio de 2020.

Silvana Maria de Souza

**PROCON MUNICIPAL DE CÁCERES/MT  
COVID-19 ATO ADMINISTRATIVO 003/2020 PROCON DE CÁCERES**

ATO ADMINISTRATIVO Nº:003/2020-PROCON

**Amplia as medidas preventivas para a redução dos riscos de contaminação pelo novo Coronavírus (SARS-CoV-2), causador da COVID-19, no âmbito da Secretária Municipal de Assuntos Estratégicos, se estendendo aos órgãos a esta vinculada, em conformidade com o Decreto Municipal nº. 120 de 18 de Março de 2020.**

A Coordenadoria Municipal de Defesa e Proteção ao Consumidor-Procon, no uso das atribuições conferidas pela Lei Municipal nº 2.374/2013 que dispõe sobre a Organização do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor – SMDC, e institui a Coordenadoria Municipal de Defesa do Consumidor – PROCON, através da Secretaria Municipal de Assuntos Estratégicos,

**RESOLVE:**

**Art.1º** Prorrogar o Ato Administrativo Nº:001/2020-PROCON, por mais 30 (trinta) dias, compreendendo o período de **26.05.2020 a 26.06.2020**, de modo que a unidade do Procon Municipal, como medida de prevenção à propagação do COVID-19, continuará a atender da seguinte maneira: período matutino - 08h00min às 11h30min - direcionando o atendimento ao público externo, com no máximo 10 (dez) atendimentos, para que não ocorram aglomerações em esperas

**Art. 2º** O período vespertino - 13h00min às 17h30min - será destinado estritamente à serviços internos, permitido aos servidores tão somente sanarem dúvidas e prestarem orientações aos consumidores que estiverem

à frente dos guichês, não realizando abertura de reclamações e demais procedimentos vinculados ao SINDEC.

Art. 3º Durante o período previsto no art.1º deste Ato Administrativo, não serão realizadas audiências, bem como não serão encaminhados processos administrativos para os seguintes órgãos: Defensoria Pública da União, Defensoria Pública do Estado, Juizado Especial, Ministério Público em decorrência da não propagação do COVID-19, visto que este ato é Ordem Pública expedido pelo Governo Federal, Governo Estadual e Governo Municipal.

Art. 4º As reclamações, cuja necessidade denotam urgência pelo cidadão poderão ser realizadas pela plataforma: [www.consumidor.gov.br](http://www.consumidor.gov.br).

Art. 5º Denúncias provenientes de : acondicionamento de álcool em gel/ líquido 70º INPM em forma de fracionamento que descaracteriza sua função, sem inspeção pela ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) e devidas informações, deverão ser remetidas diretamente para Coordenadoria em Vigilância e Saúde, localizada na Rua Olavo Bilac, bairro: Monte Verde, nº:01, quadra: 05, telefone: 3223-0007.

Art. 6º Denúncias provenientes de abuso de preço álcool em gel/ líquido 70º INPM, luvas, máscaras, por parte de Farmácias, Drogarias e Supermercados, entre outros, que lesam direta ou indiretamente aos consumidores, poderão ser formuladas denúncia através dos seguintes canais de atendimento online: pelo e-mail [proconcaceres1@gmail.com](mailto:proconcaceres1@gmail.com); pelo site da Prefeitura Municipal de Cáceres-MT - <http://www.caceres.mt.gov.br/>, através do link "PROTOCOLOS", que acessa a plataforma **1Doc Atendimento**, ou até mesmo pelo link da "Ouvidoria", constante no mesmo endereço eletrônico. O telefone do Procon Municipal é: (65) 3224-2001 / 3221-1100.

Art. 7º Defesas Administrativas, sejam elas de CIP's ou até mesmo de processo administrativo(audiência), poderão ser enviadas por e-mail: [proconcaceres1@gmail.com](mailto:proconcaceres1@gmail.com), ou protocoladas no balcão, entretanto, sem aglomerações.

**Mariana Cardoso Douradinho Neves Ramos**

**PROCON -CÁCERES/MT**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE**

**ADMINISTRAÇÃO**  
**COVID-19: NOTA TÉCNICA Nº 003 DE 25 DE MAIO DE 2020**

NOTA TÉCNICA Nº 003 DE 25 DE MAIO DE 2020

*Estabelece orientações aos órgãos e entidades vinculados a Secretaria Municipal de Saúde de Canabrava do Norte/ MT, quanto ao atendimento às pessoas com suspeita de infecção pelo Novo Coronavírus (COVID-19).*

A Secretária Municipal de Saúde de Canabrava do Norte, **Gabriela Pereira Lima**, nas atribuições que lhe competem, conforme Portaria Nº 352/ 2019, de 04 de outubro de 2019, e diante do cenário epidemiológico de Pandemia do Novo Coronavírus, causador da doença COVID-19, visando qualificar o atendimento às pessoas com suspeita de infecção pelo mesmo, conforme orientações dadas pelo Ministério da Saúde e pela Secretaria Estadual de Saúde de Mato Grosso, resolve:

#### **1. Identificação de Caso: Suspeito, Provável, Confirmado, Descartado e Contato Próximo:**

Recomenda-se que qualquer pessoa com sintomas respiratórios entre em contato, previamente, pelo telefone: (66) 3577 – 1290 para orientações sobre o atendimento e avaliação da urgência do mesmo, a fim de evitar contaminação de profissionais, ambiente e pessoas com outra sintomatologia. Acolher e avaliar rapidamente todas as pessoas, independentemente da idade, que apresentem febre ou, pelo menos, um sinal ou sintoma respiratório (tosse seca, dor de garganta, mialgia, cefaleia, prostração, dificuldade para respirar e batimento das asas nasais, entre outros).

#### **Febre: temperatura corporal acima de 37,8°C, conforme verificação axilar (aferida ou relatada).**

Para as pessoas com os sintomas acima, em casos suspeitos de infecção pelo COVID-19, priorizar o atendimento, ofertar máscara cirúrgica imediatamente e isolar (acomodar a pessoa suspeita em local ventilado e sem circulação de pessoas sem proteção) **em local específico** para atendimento de pacientes **com sintomas respiratórios**, sempre que possível.

Para auxiliar na prevenção e na identificação de casos de contágio, deve-se observar a parametrização epidemiológica informada pelo Ministério da Saúde, bem como seguir as orientações das autoridades sanitárias, que estabelecem as seguintes situações:

**Caso Suspeito:** Febre e, pelo menos, um sinal ou sintoma respiratório (tosse, dificuldade para respirar), com histórico de viagens para áreas com transmissão local ou contato próximo de caso suspeito ou confirmado de COVID-19 nos últimos 14 (quatorze) dias;

#### **Definição 1 – Síndrome Gripal (SG)**

Indivíduo com quadro respiratório agudo, caracterizado por sensação febril ou febre\*, mesmo que relatada, acompanhada de tosse **OU** dor de garganta **OU** coriza **OU** dificuldade respiratória.

**\*Na suspeita de COVID-19, a febre pode não estar presente.**

**Em crianças:** considera-se também obstrução nasal, na ausência de outro diagnóstico específico.

**Em idosos:** a febre pode estar ausente. Deve-se considerar também critérios específicos de agravamento como síncope, confusão mental, sonolência excessiva, irritabilidade e inapetência.

#### **Definição 2 – Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG)**

Síndrome Gripal que apresente: dispneia/desconforto respiratório OU pressão persistente no tórax OU saturação de O2 menor que 95% em ar ambiente OU coloração azulada dos lábios ou rosto.

**Em crianças:** além dos itens anteriores, observar os batimentos de asa de nariz, cianose, tiragem intercostal, desidratação e inapetência.

**Caso provável:** Contato próximo domiciliar de caso confirmado laboratorialmente, que apresente sintomas como febre e/ou qualquer outro sintoma respiratório, dentro de 14 dias, após o último contato com o paciente.

#### **Caso confirmado:**

##### **Por critério laboratorial:**

Caso suspeito de SG ou SRAG com teste de:

- **Biologia molecular** (RT-PCR em tempo real, detecção do vírus SARS-CoV2, influenza ou VSR): Doença pelo coronavírus 2019: com resultado detectável para SARS-CoV2.

- **Imunológico** (teste rápido ou sorologia clássica para detecção de anticorpos): Doença pelo coronavírus 2019: com resultado positivo para anticorpos IgM e/ou IgG. Em amostra coletada após o sétimo dia de início dos sintomas, e conforme avaliação clínica do paciente.

##### **Por critério clínico-epidemiológico:**

Caso suspeito de SG ou SRAG com:

Histórico de contato próximo ou domiciliar, nos últimos 7 dias antes do aparecimento dos sintomas, com caso confirmado laboratorialmente para COVID-19 e para o qual não foi possível realizar a investigação laboratorial específica.

**Caso descartado:** Caso suspeito de SG ou SRAG com resultado laboratorial negativo para coronavírus (SARS-COV-2) não detectável pelo método de RT-PCR em tempo real, considerando a oportunidade da coleta OU confirmação laboratorial para outro agente etiológico.

**Contato próximo:** Estar a aproximadamente dois metros de um paciente com suspeita de caso por novo Coronavírus, dentro da mesma sala ou

área de atendimento, por um período prolongado, sem uso de equipamento de proteção individual (EPI), como máscaras, luvas, etc. O contato próximo pode incluir: cuidar, morar, visitar ou compartilhar uma área ou sala de espera de assistência médica ou, ainda, nos casos de contato direto com fluidos corporais, enquanto não estiver usando o EPI recomendado.

Considerar os demais **diagnósticos diferenciais** pertinentes e o adequado manejo clínico. Em caso de suspeita para *influenza*, seguir protocolo de diagnóstico e tratamento, preconizado pelo Ministério da Saúde: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/protocolo...>

## 2. Manejo Diagnóstico e Terapêutico:

1. Identificação de caso suspeito de Síndrome Gripal e de COVID-19;
2. Medidas para evitar contágio na Unidade de Saúde;
3. Estratificação da gravidade da Síndrome Gripal;
4. Casos leves: manejo terapêutico e isolamento domiciliar;
5. Casos graves: estabilização e encaminhamento a serviços de urgência/emergência ou hospitalares;
6. Notificação Imediata;
7. Monitoramento clínico;
8. Medidas de prevenção comunitária e apoio à vigilância ativa;

**Caso Leve:** Fármacos para controle de sintomas, intercalando com anti-térmicos recomendados (Paracetamol e Dipirona Sódica) e antivirais para casos com possibilidade de agravamento de sintomas, conforme Protocolo de Manejo Clínico da Covid-19 do Ministério da Saúde. Isolamento domiciliar por 14 dias, a contar da data do início dos sintomas. Fornecer atestado médico de 14 dias para propiciar o isolamento domiciliar (CID-10: J11 - Síndrome gripal ou B34.2 - Infecção por coronavírus ou U07.1 - COVID-19) e seus contatos da casa (CID 10: Z20.9 - Contato com exposição a doença transmissível não especificada). Revisão a cada 24h em pessoas com mais de 60 anos e portadores de condições clínicas de risco e a cada 48h nos demais, **preferencialmente por telefone**. Caso seja necessário, realizar atendimento presencial, idealmente no domicílio. Manter repouso, alimentação balanceada e boa oferta de líquidos.

**Caso Grave:** Estabilização com oxigenoterapia de imediato e monitorização contínua de Sinais Vitais, e encaminhamento para Centro de Referência mais próximo (Confresa).

## 3. Identificação de contactantes:

Identificar todas as pessoas que tiveram ou têm contato próximo com caso suspeito ou confirmado e apoiar a equipe da vigilância na realização de busca ativa;

Os contatos próximos de uma pessoa com suspeita de COVID-19 devem ser acompanhados e monitorados quanto a apresentação de sinais e sintomas; e

Na presença de sinais e sintomas, orientar que ligue ou procure o serviço de saúde para avaliação, orientações, encaminhamento e testagem.

À população: Em caso de sinais e sintomas, bem como ao receber visitas de outras localidades, ou se tiver conhecimento de pessoas próximas que receberam visitas, entre em contato imediatamente com os telefones disponíveis para atendimento ao público:

- De segunda à sexta-feira, das 7h30 às 11h30 e das 13h30 às 17h30:

(66) 98451-6606 (Enfermeira Silvana - UBS Rural\*);

\*A Unidade Básica de Saúde Rural está destinada exclusivamente a pacientes sintomático-respiratórios.

- Outros dias e horários:

(66) 3577-1290 (Enfermeiro de plantão - Centro Municipal de Saúde "Milton Gonçalves da Silva")

(66) 98412-3296 – Canal de Denúncias (Vigilância Epidemiológica e Sanitária da Secretaria Municipal de Saúde).

## 4. Medidas de prevenção comunitária:

Instruir todas as pessoas que durante a tosse ou espirro cubram o nariz e a boca com o cotovelo flexionado ou utilize tecido ou lenço de papel, descartando-os após o uso;

Higienizar as mãos após tossir ou espirrar;

Utilizar lenço descartável para higiene nasal e descarta-lo em local correto;

Lavar as mãos frequentemente com água e sabão por pelo menos 20 segundos. Se não houver água e sabão, usar um desinfetante para as mãos à base de álcool;

Não compartilhar objetos de uso pessoal, como talheres, pratos, copos ou garrafas;

Evitar tocar mucosas de olhos, nariz e boca;

Evitar contato com pessoas que apresentem sinais ou sintomas da doença;

Orientar sobre os sinais e sintomas do novo coronavírus que acionam o fluxo de atendimento para casos suspeitos da doença;

Limpar e desinfetar objetos e superfícies tocados com frequência;

Manter os ambientes bem ventilados;

Utilizar Máscara facial ou artesanal em todo território Mato Grossense conforme Decreto Estadual nº 465 de 27 de Abril de 2020.

## 5. Medidas de Prevenção aos profissionais de Saúde:

Ao chegar na unidade, e antes de iniciar suas atividades, os profissionais devem:

i. Lavar bem as mãos (dedos, unhas, punho, palma e dorso) com água e sabão, evitando levá-las aos olhos, nariz e boca, e, de preferência, utilizar toalhas de papel para secá-las. A lavagem das mãos deve ser repetida diversas vezes ao dia, especialmente antes e após a realização de tarefas que impliquem em contato próximo com os acolhidos (como alimentação e higiene dos acolhidos, dentre outros).

ii. Nos casos de febre acompanhado de Sintomas Gripais: os mesmos não devem estar em contato com os usuários e demais profissionais do serviço, devendo voltar para casa, ficar em observação e seguir as orientações das autoridades sanitárias a esse respeito.

Utilizar álcool em gel com frequência ao longo do dia e sempre que não for possível lavar as mãos. Seguir as recomendações de colocação e retirada de EPIs conforme Protocolos de Saúde do Ministério da Saúde. Disseminar informações atualizadas em saúde de forma permanente aos pacientes acolhidos e profissionais do serviço, utilizando linguagem simples e de fácil entendimento, evitando o pânico desnecessário. Suspender/cancelar participação em cursos, eventos, seminários, congressos, campanhas com qualquer objetivo ou situações afins que colaborem com a aglomeração de pessoas. Evitar cumprimentos pessoais com aproximação física na unidade (como beijos, abraços e apertos de mão), seja em relação aos profissionais da equipe, seja em relação aos usuários do SUS de qualquer natureza. Dispensar a presença física na unidade dos profissionais com mais de 60 anos, gestantes, lactantes e daqueles com doenças graves, bem como daqueles que, porventura, tenham tido contato direto com pessoas infectadas pelo vírus. Os profissionais que tenham chegado de viagem por áreas de risco para o coronavírus, caso apresentem sintomatologia para Covid-19, devem ficar afastados da unidade de acolhimento e em observação, pelo tempo determinado pelas autoridades sanitárias. Sempre que houver sintomas de gripe, tosse, febre ou dificuldade para respirar, os profissionais não devem comparecer ao serviço de acolhimento. Suspensão das visitas, acompanhantes com sintomas gripais ou em grupo de risco, e de acompanhantes **não essenciais** (pacientes com locomoção, capacidade física e mental preservados; maiores de 18 anos e menores

de 60 anos) no regime de internação/observação no Centro Municipal de Saúde "Milton Gonçalves da Silva". Nesses casos, as famílias e os pacientes internados/observação devem ser informados do motivo de tal restrição, e de que a restrição será temporária – apenas enquanto durar a situação de emergência em saúde pública. **Uso obrigatório** de Máscara Cirúrgica para profissionais de Saúde em linha de frente de cuidados, e Máscara de tecido conforme orientações do Ministério da Saúde para pacientes comuns (sem sintomas respiratórios), acompanhantes e profissionais que não estão na linha de frente nos cuidados diretos prestados aos usuários do SUS. Em todos os locais dentro das dependências da Secretaria Municipal de Saúde. Manter as famílias informadas sobre as medidas de prevenção e sua importância para a prevenção de contaminação em ambientes do serviço de saúde, evitando transtornos e infecção cruzada de pessoas saudáveis com doenças. Evitando de procurar o serviço de saúde de forma desnecessária. Organização de Plano de substituição temporária de funcionários suspeitos ou confirmados de Covid-19, de modo a garantir a continuidade do serviço e a atenção necessária aos pacientes, na eventualidade de afastamento de muitos profissionais concomitantemente, devido a suspeita ou contaminação com Coronavírus ou por fazerem parte do grupo de risco para a doença. Esta Nota Técnica entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabriela Pereira Lima

Secretária Municipal de Saúde

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA

##### COVID-19: EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 27/2020

##### EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Nº 27/2020

Dispensa de licitação nº 27/2020

**Objeto:** AQUISIÇÃO DE MASCARA CIRURGICA DESCARTÁVEL COM TRIPLA CAMADA; AVENTAL MANGA LONGA IMPERMEÁVEL REUTILIZÁVEL; MASCARAS N95 PFF2 E MACACÃO IMPERMEÁVEL REUTILIZÁVEL, PARA USO NO PRONTO ATENDIMENTO, ALA COVID-19 E PSF'S, EM CARÁTER DE URGÊNCIA, PARA ATENDER A NECESSIDADE DA SECRETARIA DE SAUDE DO MUNICIPIO DE CASTANHEIRA ESTADO DE MATO GROSSO.

**Contratado:** ROTA SERVICOS E COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME

**CNPJ:** nº 19.554.904/0001-97

**Valor:** R\$ 26.320,00 (vinte e seis mil e trezentos e vinte reais)

**Data da declaração:** 26 de Maio de 2020, Pela Secretária Municipal de Saúde

**Data da ratificação:** 26 de Maio de 2020. Pela Prefeita Municipal, Mabel de Fatima Melanezi Almici

**Referência Período:** mês 05/06 de 2020

Base legal: Art. 24 incisos IV, da Lei Federal n.º 8.666/93

**Castanheira MT, em 26 de Maio de 2020.**

MABEL DE FATIMA MELANEZI ALMICI

PREFEITA

##### COVID-19: AVISO DE RESULTADO DISPENSA 27/2020

##### AVISO DE RESULTADO

##### DISPENSA 27/2020

A Presidente da CPL torna público que realizou Licitação **DISPENSA Nº 27/2020**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**. O objeto do presente é

**aAQUISIÇÃO DE MASCARA CIRURGICA DESCARTÁVEL COM TRIPLA CAMADA; AVENTAL MANGA LONGA IMPERMEÁVEL REUTILIZÁVEL; MASCARAS N95 PFF2 E MACACÃO IMPERMEÁVEL REUTILIZÁVEL, PARA USO NO PRONTO ATENDIMENTO, ALA COVID-19 E PSF'S, EM CARÁTER DE URGÊNCIA, PARA ATENDER A NECESSIDADE DA SECRETARIA DE SAUDE DO MUNICIPIO DE CASTANHEIRA ESTADO DE MATO GROSSO**, e sagrou-se vencedora a empresa **ROTA SERVICOS E COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME**, cadastrada no CNPJ/MF sob o nº 19.554.904/0001-97, com o valor de **R\$ R\$ 26.320,00 (vinte e seis mil e trezentos e vinte reais)**.

Castanheira - MT, 26 de Maio de 2020.

**MARIANA LEITNER RODRIGUES**

Presidente da CPL

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

##### GABINETE DA PREFEITA COVID-19: DECRETO MUNICIPAL N.º 039/2020.

##### DECRETO MUNICIPAL N.º 039/2020.

**ESTABELECE MEDIDAS DE PREVENÇÃO DE CONTÁGIO PELO CORONAVÍRUS (COVID-19) PARA FUNCIONAMENTO DE ACADEMIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA**, Prefeita Municipal de CHAPADA DOS GUIMARÃES, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município,

**CONSIDERANDO** que a prática de atividades físicas melhora a saúde mental e o sistema imunológico.

**CONSIDERANDO** a decisão tomada pelo Comitê de Enfrentamento ao COVID-19;

##### RESOLVE:

**Art. 1.º** Este Decreto estabelece as medidas a serem obrigatoriamente observadas para o funcionamento de academias e estabelecimentos congêneres no âmbito do Município de Chapada dos Guimarães.

**Art. 2.º** - Os estabelecimentos comerciais definidos no art. 1º poderão reabrir limitando o atendimento a 50% da sua capacidade lotação, desde que observadas as seguintes medidas:

I – As Academias poderão funcionar por um período máximo de 13 (treze) horas, durante a semana (proibindo-se o funcionamento aos fins de semana e feriados), das quais, 1 (uma) hora destina-se à higienização e desinfecção dos aparelhos e do ambiente, divididos em 2 (dois) períodos de 30 (trinta) minutos, devendo os estabelecimentos comunicarem ao Poder Público os seus horários de funcionamentos.

II - Disponibilizar recipientes com álcool a 70% em todas as áreas do estabelecimento, tais como recepção, banheiros, musculação, peso livre, salas de aulas coletivas, piscina, vestiários e área infantil, para uso por clientes e colaboradores;

III - Manter disponíveis em pontos de fácil visualização e acesso, nas áreas de musculação e peso livre, toalhas de papel e produto específico para que os clientes façam a higienização nos equipamentos de treino, como colchonetes, halteres e máquinas, bem como avisos com orientação para descarte imediato das toalhas de papel;

IV - Assegurar que todos os profissionais de educação física e demais funcionários da academia, bem como "personal trainers" e prestadores de serviço terceirizados façam uso de máscara facial durante sua permanência no estabelecimento, observando as orientações da Organização Mundial de Saúde para uso desse equipamento;

V - Deverão ser criados procedimentos específicos de avaliação do estado de saúde dos seus funcionários de forma a identificar de maneira proativa suspeitas ou contaminação pelo COVID-19;

VI – Os proprietários e funcionários deverão, no ato de chegada ao estabelecimento comercial, firmar declaração por escrito que não possui e não convive com nenhuma pessoa com sintomas ou confirmação do COVID-19;

VII – O cliente/usuário deverá declarar, sob as penas da lei, ao ingressar na academia ou congêneres, não possuir nenhum sintoma da COVID-19 (temperatura corporal igual ou superior a 37,8°, tosse seca, dor de garganta, dor muscular (mialgia), dor de cabeça (cefaleia) e prostração, dificuldade para respirar e batimento das asas nasais);

VIII – Deverá ser oferecido dispositivo para limpeza de sapatos na entrada do estabelecimento;

IX – Não será permitido a utilização de leitor digital para o ingresso no estabelecimento;

X – Limitar a presença simultânea de clientes no interior do estabelecimento ao equivalente a 1 (um) cliente para cada 4,00 m² (quatro metros quadrados);

XI – Todas as pessoas devem manter os cabelos presos durante a permanência no local;

XII – Para as atividades físico desportivas que usualmente tem contato físico como as lutas, orienta-se que o treinamento, neste momento de pandemia, seja pautado em técnicas de movimento e condicionamento físico em geral, ficando proibido o treinamento coletivo com a realização de contato físico;

XIII – Os clientes do grupo de risco e/ou com qualquer sintoma de gripe e resfriado não podem frequentar as atividades durante o período da pandemia;

XIV – Para atividades aquáticas não é obrigatório o uso de máscaras durante a permanência na água, devendo, porém, ser mantido o afastamento entre as pessoas;

XV – Deve ser respeitada a distância mínima de 1,5 m (um metro e meio) entre os clientes, com a delimitação dos espaços com fitas;

XVI – Os aparelhos para exercício cardiovascular devem garantir o distanciamento mínimo de 1,5 m (um metro e meio)

XVII – Deve ser limitado a utilização de bebedouros com a coleta de água somente em garrafas próprias;

XVIII – Disponibilizar aos clientes informações e orientações que ajudem a combater a disseminação da COVID-19, inclusive capacitando todos os funcionários e colaboradores a prestá-las.

XIX – Disponibilizar, em local de fácil visualização e acesso, próximo à entrada da piscina, recipiente de álcool a 70% (setenta por cento) para que os clientes usem antes de tocar na escada ou nas bordas da piscina.

XX – Exigir o uso de chinelos no ambiente de práticas aquáticas.

XXI – Disponibilizar, na área da piscina, suportes para que cada cliente possa pendurar sua toalha de forma individual.

XXII – Após o término de cada aula, higienizar as escadas, balizas e bordas da piscina com produto adequado.

XXIII – Orientar funcionários, “personal trainers” e terceirizados sobre a utilização de máscaras, técnica e frequência para limpeza das mãos com água e sabão, higienização com álcool.

XIV – Divulgar, em caráter permanente e por meio físico ou eletrônico, orientações e informações para clientes sobre:

A - técnica e frequência para limpeza das mãos com água e sabão;

B - higienização com álcool;

C - uso de garrafa de água e toalha individuais;

D - médias de frequência da academia, por horário;

E - recomendação para que evitar horários de pico e frequentar a academia em horários alternativos.

**§ 1º.** O setor de fiscalização da Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, deverá promover a fiscalização as academias e estabelecimentos congêneres para averiguar o cumprimento das determinações contidas neste Decreto.

**§ 2º.** As academias e estabelecimento congêneres que não cumprirem com as determinações deste Decreto, serão fechados pela equipe de fiscalização, podendo reabrir somente após as adequações necessárias.

**§ 3º.** Havendo reincidência no descumprimento das normas estabelecidas pro este Decreto, os estabelecimentos serão interditados até a decretação do fim da situação de calamidade pública.

**§ 4º.** A Vigilância em Saúde do Município poderá estabelecer, por ato próprio, outras medidas a serem adotadas pelos bares, restaurantes e estabelecimento congêneres para a prevenção e combate a disseminação do COVID-19.

**Art. 3º.** O Comitê de Enfretamento ao COVID-19 passa a ser constituído pelos seguintes membros:

I – Prefeita do Município de Chapada dos Guimarães;

II – Secretário Municipal de Saúde;

III – Procurador-Geral do Município de Chapada dos Guimarães;

IV – Secretário Municipal de Turismo, Cultura e Meio Ambiente;

V – Secretário Municipal de Administração;

VI – Dois representantes da Câmara Municipal de Chapada dos Guimarães;

VII – Superintendente da Vigilância em Saúde;

VIII – Presidente do Conselho Municipal de Saúde;

IX – Chefe do Departamento da Defesa Civil Municipal;

X – Representante do Ministério Público Estadual da Comarca de Chapada dos Guimarães/MT;

XI – Representante da Polícia Militar da Comarca de Chapada dos Guimarães/MT;

XII – Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social;

**Art. 4º.** Os proprietários das academias e estabelecimento congêneres devem estar ciente de que, havendo alteração na situação atual de contaminação pelo COVID-19, este Decreto será revogado, com a adoção de medidas mais restritivas, portanto, devem tomar as providências que entenderem necessárias para amenizar a crise econômica que possa surgir.

**Art. 5º.** Este Decreto entra em vigor imediatamente, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Pedro Reindel em Chapada dos Guimarães, 26 de maio de 2020.

**THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA**

**Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE**

**ADMINISTRAÇÃO  
COVID-19: DECRETO N° 012/2020**

**DECRETO N° 012/2020**

**EMENTA: DISPÕE SOBRE MEDIDAS EMERGÊNCIAIS AO COMBATE DO COVID 19, REVOGA DISPOSITIVOS DOS DECRETOS N° 09 DE MARÇO DE 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Exma. Senhora ELIANE LINS DA SILVA, Prefeita Municipal de Denise/MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal, Estadual, Lei Orgânica do Município, e;

**CONSIDERANDO** a ocorrência da pandemia provocada disseminação do covid-19 em todo o mundo;

**CONSIDERANDO** que foram tomadas inúmeras medidas no âmbito da Administração Pública Federal, Estadual, Distrital e Municipal a fim de conter a propagação do vírus Covid-19;

**CONSIDERANDO** que o Município de Denise/MT, a fim de colaborar com os demais municípios e entes federados, e, prezando pelo cuidado de seus munícipes, também tomou algumas medidas no combate ao Covid-19.

**CONSIDERANDO** que após as medidas tomadas por parte do Executivo, não houve tentativa por parte da População Denisense, a fim de atender todas as medidas impostas pelo Poder Executivo, para a liberação moderada do comércio local;

**CONSIDERANDO** que para a manter o comércio local aberto, é necessário que comerciantes e munícipes, cumpram integralmente às exigências impostas pelas autoridades deste Município;

## DECRETA:

### TÍTULO I

#### CAPÍTULO – I

##### Seção I

##### Das Disposições Gerais

**Art. 1º** - Este Decreto dispõe sobre medidas emergenciais e temporárias de prevenção e enfrentamento da propagação decorrente do Novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Município de Denise/MT, com a possibilidade da abertura do comércio local, desde que obedecidas às exigências de higiene e esterilização do Poder Público.

**Parágrafo único:** As medidas temporárias instituídas neste Decreto poderão ser prorrogadas ou terem suas eficácias suspensas pelo Poder Público, de acordo com a necessidade.

#### CAPÍTULO – II

##### Seção II

##### Das medidas

##### Subseção I

##### Das vedações:

**Art. 2º** - Fica vedado no âmbito do município de Denise/MT:

**I** –Ao comércio de modo geral, inclusive supermercados, mercados, mercearias, vendas e distribuidoras:

a) O funcionamento aos domingos;

**II** –Aos templos, igrejas, congregações, lojas maçônicas, centros espíritas, terreiros de umbanda ou candomblé, ou qualquer outro local destinado a atividade religiosa:

a) A abertura ou funcionamento para a realização de cultos, missas, ou qualquer outra atividade de celebração, **exceto** a abertura e funcionamento para a realização de orações (de forma escalonada e cumprindo às exigências determinadas pelo poder público de esterilização, espaço de no mínimo 1,5 metros uns dos outros chegando ao máximo de 20 pessoas), e as atividades realizadas por meio de radiofusão, ou através de *lives* em redes sociais.

**III** – Aos bares, lanchonetes, peixarias, *trailers* e *container-food's*, padarias, quitandas e restaurantes:

a) A disponibilidade de mesas, cadeiras ou quaisquer outros objetos que possibilite o consumo no local.

**IV** –A toda população:

a) O consumo de bebidas (inclusive tererê e chimarrão) e narguilé em vias públicas (ruas, avenidas, travessas, praças, passarelas, becos, calçadas, pontes) ou qualquer outro espaço público;

b) A aglomeração de qualquer natureza em vias públicas, comércios, Órgãos Públicos, Secretarias, instituições financeiras e casas lotéricas ou de sobediência ao limite mínimo permitido de 1,5 (um metro e meio) nas filas ou demarcações, **exceto** nos casos previstos no inciso II do Art. 3º;

c) O trânsito (de qualquer natureza) em vias públicas após às 21:00 horas de segunda a domingo, exceto àquelas pessoas que necessitam trabalhar neste horário (desde que comprovem a atividade laboral), ou por motivos emergenciais de saúde;

d) Participar de atividades que envolvam aglomeração de pessoas (jogos, lutas, yoga, jomps, zumba, hidroginástica, e demais atividades)

**V** –Aos Órgãos, Secretarias e Instituições Financeiras públicas ou privadas, exceto à

Secretaria de Saúde e o Setor de Tributação e Arrecadação do Município:

a) O atendimento ao público.

**VI** –O funcionamento de:

a) Clubes;

b) Escolas públicas ou privadas;

c) Bares, lanchonetes, peixarias, *containers* e *trailers-food's*, padarias/pa-nificadoras, quitandas e restaurantes **exceto** na modalidade *delivery* ou de busca no local até às 21:00 horas;

d) Parques de diversões, brinquedos e/ou academias instaladas, em espaços públicos,

e) Parques de diversões, brinquedos e/ou academias instaladas, em espaços públicos,

f) Balneários, represas, ou qualquer outro lugar que funcione como lazer colocados à disposição do público.

##### Subseção II

##### Das obrigações

**Art. 3º** - Fica obrigado no âmbito do município de Denise/MT:

**I** –Ao comércio de modo geral, órgãos, secretarias e postos de atendimento das instituições financeiras e casas lotéricas:

a) A fiscalização e contingenciamento da quantidade de pessoas que a adentrarem no interior dos locais de prestação das atividades, inclusive a quantidade de pessoas serão atendidas por vez, de acordo com o ramo de atividade e disponibilidade de cada comércio, órgão, secretaria, instituição financeira e casa lotérica, observado o perímetro estipulado na alínea seguinte;

b) A fiscalização e demarcação com fita adesiva no interior dos estabelecimentos que propicie a distância mínima de 1,5 (um metro e meio) uns dos outros,

c) A disponibilização de responsável (eis) na (s) entrada/saídas (as) dos respectivos estabelecimentos, a fim de esterilizar as mãos dos clientes através da aplicação de álcool líquido ou em gel 70°, *OU*, a instalação de pias e torneiras que propiciem aos clientes a disponibilidade de limpeza e esterilização das mãos, disponibilizando também os produtos para esterilização e limpeza;

d) A disponibilidade de tapetes de assepsia de calçados ou panos umedecidos com água sanitária em todas as entradas/saídas dos estabelecimentos;

e) A esterilização dos produtos fornecidos pelos comércios que auxiliem nas compras dos clientes (cestas, carrinhos, senhas de atendimento – quando houver distribuição, balcões de atendimento, mesas, cadeiras, canetas, sacolas, caixas e sacos plásticos);

f) A disponibilização de cartazes, faixas, boletins informativos afixados dentro e fora dos recintos, banners, ou qualquer outro meio que propicie a divulgação à toda população do seguinte comunicado:

*“Em caso de descumprimento das medidas impostas pelo Poder Público (limite mínimo de 1,5 um metro e meio uns dos outros, E, não aglomeração, além de outras) caberá a PRISÃO EM FLAGRANTE do infrator, pelo crime escrito no artigo 286 do Decreto Lei, cuja pena é de DETENÇÃO e MULTA”*

g) A comunicação imediata ao Setor de Vigilância Sanitárias via celular n° 65-99636-0890, no caso de descumprimento das exigências estipuladas no Art. 2º, inciso IV, aliena “b”, deste Decreto.

h) Igrejas, templos religiosos e outros cumprirem as exigências previstas, uso de Mascaras e álcool em gel 70%.

**II – As agências bancárias e casas lotéricas:**

a) O cumprimento das exigências do inciso I deste artigo;

b) A fiscalização e demarcação com fita adesiva do lado EXTERNO dos estabelecimentos, respeitando à distância mínima de 1.5 (um metro e meio) uns dos outros, delimitando às demarcações **externas** ao limite máximo de 20 (vinte) pessoas.

**III – Ao comércio de roupas, sapatos e confecções:**

a) O cumprimento das exigências do inciso I, deste artigo;

b) A abertura das caixas recebidas contendo às mercadorias para revendas somente depois de 04 (quatro) dias de entregues pela transportadora, representante ou atravessador;

c) A retirada de circulação das mercadorias utilizadas por clientes nos provadores das lojas por no mínimo 04 (quatro) dias após a utilização, ficando estipulado que cada cliente somente poderá provar até o máximo de 05 (cinco) peças – roupas/sapato por pessoa;

d) A esterilização dos provadores com aplicação de álcool em gel ou líquido n° 70°, após a utilização de cada usuário.

**IV –Ao comércio do ramo de joalherias, bijuterias, acessórios em geral e óticas;**

a) O cumprimento das exigências do inciso I, deste artigo;

b) A esterilização com álcool n° 70° dos produtos fornecidos após o uso pelos clientes.

**V –Ao comércio do ramo de academia e Pilates:**

a) O cumprimento das exigências do inciso I, deste artigo;

b) A esterilização dos aparelhos, pisos e corrimão com álcool n° 70°, após o uso de cada cliente, ficando LIMITADO o número de 04 (quatro) clientes, no interior das academias e estúdios de pilates;

c) A identificação dos funcionários dos respectivos estabelecimentos por meio de uniformes e com planilha identificação dos mesmos com fotos;

d) A esterilização dos banheiros com água sanitária.

Subseção III

### **Das Suspensões de Atividades**

**Art. 4º** Ficam suspensos no âmbito do Município de Denise/MT:

**I** - Os eventos, de qualquer natureza, que exijam licença do poder público;

**II** - As atividades e eventos que envolvam a presença de pessoas idosas;

**b)** - As inaugurações de obras públicas e todas as atividades festivas públicas e particulares que dependam de autorização, permissão, concessão ou licença do Poder Público;

**IV** - As férias e licenças prêmios concedidos aos servidores públicos vinculados à Secretaria Municipal de Saúde que exercem suas funções nas áreas fins;

**V** - A utilização nos Órgãos e Secretarias do Município de Denise/MT do ponto eletrônico, o qual deverá ser substituído por folha de ponto;

**VI** - As viagens a serem realizadas pelos servidores públicos municipais decorrentes do exercício de suas atribuições, salvo se indispensáveis para tanto;

c) **VII** - as aulas das escolas públicas e privadas no âmbito do município de Denise/MT;

**VIII** - consultas, exames, cirurgias e transportes eletivos, salvo os determinados pelo Comitê de Enfrentamento ao novo coronavírus.

### **Seção III**

#### **Das penalidades**

##### **Subseção I**

#### **Das Penas de Multa e Interdição das Pessoas Jurídicas**

**Art. 5º** - Fica instituída à Pessoa Jurídica, multa equivalente a 300, Unidade Padrão Fiscal do Município de Denise/MT - UPFM, que; após ser NOTIFICADO pela autoridade sanitária, cumprir as determinações e/ou prazos impostos no Auto de Notificação.

**Parágrafo único:** valor unitário da unidade padrão fiscal do município de Denise/MT- UPFM, corresponde à R\$ 34,39 (trinta e quatro reais e trinta e nove centavos).

**Art. 6º** - Fica instituída a Interdição por tempo indeterminado, à Pessoa Jurídica incidente em descumprir as determinações e/ou prazos impostos no Auto de Notificação.

##### **Subseção II**

#### **Da pena de Detenção das Pessoas Físicas**

**Art. 7º** - Fica instituída à Pessoa Física, quando descumprido às imposições elencadas neste Decreto à PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO pelo Crime em curso no Art. 286 do Decreto Lei 2.848/40, Código Penal.

**Parágrafo único:** Para o cumprimento do disposto neste artigo, poderá, a Autoridade Sanitária utilizar-se do uso coercitivo, bem como do apoio Policial.

### **Seção IV**

#### **Das disposições finais:**

##### **Seção I**

#### **Das deliberações finais**

##### **Subseção I**

#### **Dos prazos**

**Art. 8º** Todos os prazos e medidas impostas terão validade a partir da publicação deste Decreto, até a data de 30/06/2020, podendo ser prorrogável por igual período, ou, cessado seus efeitos antes da data estipulada, por questões de necessidade pública.

**§1º.** As medidas impostas por este Decreto poderão ser modificadas integralmente, tornando-as *mais rígidas (fechamento integral de todos os estabelecimentos comerciais e isolamento total dos indivíduos)*, nos casos em que:

I- Não sejam cumpridas as determinações pela população Denisense,

##### **Subseção II**

#### **Da vigência**

**Art. 10** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos até a data limite estipulada ou condições impostas pelo Art. 8º.

Denise/MT, 26 de Maio de 2020.

**ELIANE LINS DA SILVA**

Prefeita Municipal de Denise/MT

**PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL****COVID-19: COVID-19 LEI MUNICIPAL Nº696/2020.****LEI MUNICIPAL Nº696/2020.****DATA: 26 DE MAIO DE 2020.****SÚMULA: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O SENHOR RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei **faz saber** que a **Câmara Municipal de Vereadores** aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial no Orçamento Geral do Município, na seguinte dotação orçamentária:

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

05.00002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

05.00002.08 – ASSISTÊNCIA SOCIAL

05.00002.08.122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL

05.00002.08.122.0009- PROTEÇÃO SOCIAL – FELIZ NATAL ACOLHE-DOR

05.00002.08.122.0009.2067 – Ações do COVID 19 no SUAS

339030.00.00.0129074000- Material de Consumo R\$ 15.225,00

339032.00.00.0129074000- Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita..... R\$ 70.500,00

**Art. 2º** Para cobertura do crédito adicional especial aberto no Artigo 1º desta Lei serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação das Transferências realizadas pelo Fundo Nacional de Assistência Social por meio a Portaria nº 369/2020 no montante de R\$ 85.725,00(oitenta e cinco mil, setecentos e vinte e cinco reais), da receita:

1.718.121. 106	Transferências FNAS – Ações COVID 19 NO SUAS R\$ 85. 725,00
-------------------	--

**Art. 3º** A alteração constante do Artigos 1º passa a integrar a Lei nº 586/2017 de 20 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2018 a 2021 e a Lei nº 668/2019 de 19 de julho de 2019, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2020 – LDO.

**Art. 4º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

**Art. 5º.** Revogam-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AOS 26 DIAS DO MÊS DE MAIO DE 2020.**

**RAFAEL PAVEI****PREFEITO MUNICIPAL****PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA****SECRETARIA MUNICIPAL ADMINISTRAÇÃO****COVID-19: EDITAL DE ABERTURA - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº S001/2020**

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº S001/2020****EDITAL DE ABERTURA**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA-MT**, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 37, incisos IX, da Constituição Federal, Lei Federal 8.745/1993, Lei 11.350/2006, Portaria nº 1.007, de 4 de Maio de 2010, Lei Municipal 505/2009 e Decreto Municipal 019/2020;

CONSIDERANDO a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial de Saúde; a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional por meio da Portaria GAB/MS nº 188 de Fevereiro de 2020; a Lei 13.979/2020 regulamentada pela Portaria do Ministério da Saúde nº 356/2020; o Plano de Contingência Nacional para Infecção Humana pelo Novo Coronavírus; o Plano Estadual de Contingência do Novo Coronavírus; o disposto no Decreto Municipal 019/2020 que dispõe sobre as medidas de enfrentamento a situação de emergência de saúde pública decorrente do Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o intuito de fomentar projetos de prevenção ao combate à pandemia COVID 19 e aos demais agentes causadores de surtos epidêmicos;

CONSIDERANDO a inexistência de candidatos aprovados em concursos para serem empossados, tampouco a vigência de seletivos para o cargo;

CONSIDERANDO a determinação de isolamento social impossibilitando a realização de processo seletivo por meio de prova objetiva, vez que é proibida a aglomeração de pessoas e que caso fosse realizado o Município não teria como disponibilizar álcool 70 e máscaras, entende-se o processo por meio de contagem de pontos o mais adequado para o momento, haja vista que forma contrária colocaria a população em risco de contaminação;

RESOLVE, por intermédio da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado da Prefeitura Municipal de Luciara, tornar público aos interessados que estarão abertas as inscrições para o PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº S001/2020, para a contratação temporária de Agente da Vigilância Epidemiológica para atuar na Rede Pública de Saúde, durante a situação de emergência, constantes deste edital, amparado de excepcional interesse público devidamente reconhecido nos termos do art. 37, IX, da Constituição Federal, e se dará de acordo com as disposições a seguir:

**1- DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1- O presente Edital de Processo Seletivo Simplificado é destinado à seleção agente da **Vigilância Epidemiológica** para atuar em estabelecimentos da Rede Pública de Saúde, exclusivamente para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

1.2- Este Processo Seletivo Simplificado consistirá em análise de títulos referentes à escolaridade e aperfeiçoamento profissional, conforme disposto neste Edital, de caráter classificatório e eliminatório;

1.3- Antes de se inscrever, o candidato deve observar as normas e certificar-se de que preenche os requisitos contidos neste Edital.

1.4- A participação dos candidatos neste Processo Seletivo Simplificado obedecerá rigorosamente a ordem de Classificação Final, dentro do prazo de validade deste Edital, não implicando a obrigatoriedade da contratação.

1.5– O presente Processo Seletivo Simplificado será regido por este Edital, seus Anexos e posteriores retificações e/ou complementações, caso existam, e sua execução caberá à Comissão Organizadora, nomeada pela Portaria nº 028/2020.

1.6- A divulgação do Edital deste processo seletivo será realizada na internet, no endereço eletrônico do Diário Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso (AMM-MT) <https://diariomunicipal.org/mt/amm/publicacoes/>, no mural site da Prefeitura Municipal de Luciara-MT.

## 2. DO CARGO, REMUNERAÇÃO E SUAS ATRIBUIÇÕES

2.1. O presente processo seletivo simplificado objetiva a seleção de profissional para o cargo de:

CARGO	REQUISITOS	REMUNERAÇÃO	CH	VAGAS	LOCAL DE TRABALHO
Agente de Vigilância Epidemiológica	Nível Médio Completo.	R\$ 1.045,00	40 h	Cadastro Reserva	Sede,

2.1.1. - A carga horária do cargo é de 40 horas semanais conforme a PORTARIA Nº 1.007, DE 4 DE MAIO DE 2010.

2.2. Tem como atribuição o exercício de atividades de vigilância, prevenção e controle de doenças e promoção da saúde, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS;

2.3. Desenvolver um conjunto de ações capaz de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde, abrangendo: o controle de bens de consumo que, direta ou indiretamente, se relacionem com a saúde, compreendidas todas as etapas e processos, da produção ao consumo; e o controle da prestação de serviços que se relacionam direta ou indiretamente com a saúde.

2.4. Identificar os casos suspeitos de doenças e agravos à saúde e encaminhamento, quando indicado, para a unidade de saúde de referência, assim como comunicação do fato à autoridade sanitária responsável;

2.5. Divulgar as informações para a comunidade sobre sinais, sintomas, riscos e agentes transmissores de doenças e sobre medidas de prevenção individuais e coletivas; realizar de ações de campo para pesquisa entomológica, malacológica e coleta de reservatórios de doenças; cadastrar e atualizar a base de imóveis para planejamento e definição de estratégias de prevenção e controle de doenças; executar de ações de prevenção e controle de doenças, com a utilização de medidas de controle químico e biológico, manejo ambiental e outras ações de manejo integrado de vetores; executar ações de campo em projetos que visem a avaliar novas metodologias de intervenção para prevenção e controle de doenças; registrar as informações referentes às atividades executadas, de acordo com as normas do SUS;

2.6. Identificar e cadastrar situações que interfiram no curso das doenças ou que tenham importância epidemiológica relacionada principalmente aos fatores ambientais; mobilizar a comunidade para desenvolver medidas simples de manejo ambiental e outras formas de intervenção no ambiente para o controle de vetores.

2.7. Das vagas para pessoas com deficiência

2.7.1 – As funções e vagas estão distribuídas conforme Anexo I. 6.3 – Em atendimento à Lei Federal nº 7.853/1989, 5% (cinco por cento) do total de vagas oferecidas neste processo seletivo, serão reservadas a pessoas com deficiência e será aplicado sobre o número total de vagas disponibilizadas por função, conforme disposto no Anexo I deste Edital e na Lei Federal nº 7.853/1989.

2.7.2– Caso na aplicação do percentual de vagas reservadas, sempre que superior a uma, resultar número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente, conforme o art. § 2º do art. 37 do Decreto Federal nº. 3.298/1999.

2.7.3– Para os efeitos do item 6.2, nos termos do Decreto nº 3.298/99, considera-se pessoa com deficiência todo indivíduo cujas possibilidades de obter e conservar uma função adequada e de progredir na mesma fiquem substancialmente reduzidas devido a uma deficiência ou limitação física, mental ou sensorial reconhecida.

2.7.4– Qualquer pessoa com deficiência poderá inscrever-se em Processo Seletivo Simplificado para ingresso na função aqui prevista, conforme a previsão das vagas para deficiente físico estabelecidas neste edital.

2.7.5– No ato da inscrição, o candidato com necessidades especiais – CNE deve declarar, no campo próprio do formulário de Inscrição, sua intenção de concorrer aos quantitativos reservados aos deficientes, mencionando sua deficiência e, no mesmo momento, apresentar o laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência, nos termos do inciso IV do art. 39 do Decreto Federal nº 3.298/99. 2.7.6. – Os candidatos que se declararem com necessidades especiais, se convocados para a realização dos exames pré-admissionais, deverão submeter-se a perícia médica promovida pela Prefeitura Municipal de Luciara, que verificará sobre a sua qualificação como pessoa com necessidades especiais ou não, bem como sobre o grau de deficiência incapacitante para o exercício da função, nos termos do artigo 43 do Decreto Federal nº. 3.298/99. 6.8 – A perícia médica terá decisão terminativa sobre a qualificação e aptidão do candidato, observada a compatibilidade da necessidade especial com as atribuições da função.

2.7.7– O candidato aprovado nos exames médicos pré-admissionais, porém não enquadrado como pessoa com necessidades especiais, caso seja aprovado no processo seletivo, continuará figurando apenas na lista de classificação geral da função.

2.7.8 – O candidato com necessidades especiais – CNE, reprovado na perícia médica em virtude de incompatibilidade da deficiência com as atribuições da função de atuação, será eliminado do processo seletivo.

2.7.9– Na hipótese de não preenchimento da cota prevista no item 6.3, as vagas remanescentes serão revertidas para os demais candidatos qualificados no certame, observada a respectiva ordem de classificação.

## 3- DAS INSCRIÇÕES:

3.1- As inscrições para o Processo Seletivo Simplificado acontecerão no período das 8h00 as 13h00, entre os dias 22 a 29 de Maio de 2020, com o envio da ficha de inscrição (Anexo II) pelo endereço eletrônico: [pmluciara.mt@gmail.com](mailto:pmluciara.mt@gmail.com), acompanhada com os respectivos documentos.

3.2- A inscrição vale, para todo e qualquer efeito, como forma de expressa concordância, por parte do profissional, de todas as condições, normas e exigências estabelecidas neste edital.

3.3. O candidato assumirá total responsabilidade pelas informações prestadas no preenchimento dos dados que apresentar, arcando com as consequências de eventuais erros, omissões e declarações inexatas ou inverídicas;

3.4. As informações prestadas na ficha de inscrição são de inteira responsabilidade do candidato, cabendo à Comissão nomeada pela Portaria Municipal nº028/2020 avaliar eventual exclusão do processo seletivo daquele que preenchê-la com dados incorretos, bem como, aquele que prestar informações inverídicas, ainda que o fato seja constatado posteriormente.

#### 4. DO PROCESSO DE SELEÇÃO

4.1. O processo de seleção contará com etapa única de provas de títulos

4.2. ETAPA ÚNICA: inscrição pelo endereço eletrônico disposto no item 3.1 deste Edital com a apresentação da documentação comprobatória em formato arquivo *PDF* e cópias legíveis acompanhadas de seus originais no ato da convocação para assinatura do contrato.

4.3. As cópias dos certificados da contagem de pontos e a ficha original da Inscrição e de Contagem de Pontos ficarão arquivados sob a responsabilidade da Comissão do Processo Seletivo.

4.4. A Ficha de Inscrição e de Contagem de Pontos poderá ser retirada pelo candidato no site <https://www.luciara.mt.gov.br/> ou solicitada pelo E-mail [pmluciara.mt@gmail.com](mailto:pmluciara.mt@gmail.com).

4.5- Não serão aceitas para validação fichas de contagem de pontos com rasuras.

4.6- No envio do E-mail de inscrição, o candidato deverá enviar cópia legível dos documentos e os originais deverão ser apresentados conforme a solicitação da comissão do seletivo.

4.7. Documentos que deverão ser remetidos em cópia legível no ato da inscrição e os originais quando solicitados pela Comissão Organizadora:

**a)** Certificados de curso de formação na área da saúde dos últimos 3 anos.

**b)** Certificado ou Diploma de Conclusão de Ensino Médio;

**c)** Documentos pessoais (RG e CPF);

**d)** Número de telefone para contato (um próprio e um para recado);

**e)** Endereço eletrônico para contato (e-mail).

4.8. As inscrições serão isentas de taxa.

4.9. É de responsabilidade do candidato, acompanhar a publicação de todos os atos referentes ao presente Processo pelo site <https://diariomunicipal.org/mt/amm/publicacoes/> ou no site da Prefeitura Municipal de Luciara-MT, através do Endereço Eletrônico: <https://www.luciara.mt.gov.br/>.

#### 5 - DOS REQUISITOS:

5.1- Para participar do Processo Seletivo Simplificado, o candidato deve ser brasileiro nato ou naturalizado;

5.2- Ter no mínimo 18 (dezoito) anos completos.

5.3. Ter concluído, com aproveitamento, curso de formação inicial, com carga horária mínima de oito horas, nos termos do inciso I, do art. 7º, da Lei 11.350/2006;

5.4. Ter concluído o ensino médio, nos termos do inciso II, do art. 7º, da Lei 11.350/2006;

#### 6.0- DA COMPROVAÇÃO DA FORMAÇÃO:

6.1- Para comprovação da formação e titulação, admitir-se-á mediante a apresentação do Certificado Original ou cópia autenticada.

6.2- Para fins da contagem de pontos dos títulos, não serão aceitas declarações de cursos e/ou atestados de conclusão de cursos de formação, apenas certificados de formação e/ou conclusão, com registro do órgão expedidor e assinatura.

6.3- As cópias de documentos de escolaridade e titulação deverão ser autenticadas (VISTO CONFERE COM O ORIGINAL) pela Comissão do Processo Seletivo mediante a apresentação do documento original, que deverá ser devolvido ao candidato.

6.4 Os cursos de aperfeiçoamento ou complementares serão considerados os seguintes documentos para comprovação, certificados ou declaração e deverão conter carimbo e identificação da instituição e do responsável pela expedição do documento;

6.5 Comprovada, em qualquer tempo, irregularidade ou ilegalidade na obtenção dos Títulos e Experiência Profissional apresentados, a respectiva pontuação do(a) candidato(a) será anulada.

#### 7.0- DA CLASSIFICAÇÃO:

7.1- A classificação dos candidatos se dará pela somatória dos pontos:

7.2- A pontuação se dará de acordo com os critérios:

**b)** Curso na área da Saúde: 5,00 ponto para cada 8 horas.

**c)** Serão aceito um total de 50 pontos por Curso ou diploma.

7.3- Será considerado desclassificado o candidato que:

**a)** descumprir as normas constantes neste Edital;

**b)** utilizar-se de meios fraudulentos na apresentação de documentos e comprovação de formação.

#### 7.4- Dos critérios de desempate na classificação:

7.5.1- Havendo empate na classificação serão obedecidos os critérios de desempate pela ordem a seguir:

a) 1º: Maior Pontuação de Titulação (Certificados).

b) 2º: Maior idade:

OBS: Considerar-se-á na somatória de pontos até 02 (duas) casas decimais.

#### 8– DO RESULTADO FINAL

8.1– A relação dos candidatos inscritos no presente Processo Seletivo será divulgada no dia **01/06/2020** e publicada no endereço eletrônico <https://www.luciara.mt.gov.br/>, no mural da Prefeitura de Luciara/MT e no Jornal Oficial dos Municípios – AMM, de acordo com o cronograma anexo.

8.2 - O Resultado Preliminar do presente Processo Seletivo será divulgado no dia **03/06/2020** através do endereço eletrônico <https://www.luciara.mt.gov.br/>, no mural da Prefeitura de Luciara/MT e no Jornal Oficial dos Municípios – AMM, de acordo com o cronograma em anexo.

8.3 - O resultado final do Processo Seletivo Simplificado será homologado pelo Prefeito Municipal de Luciara -MT, e será publicado na internet, no endereço eletrônico <https://www.luciara.mt.gov.br/> e <https://diariomunicipal.org/mt/amm/publicacoes/>, no mural da Secretaria Municipal de Saúde, no mural do saguão de entrada da Prefeitura Municipal de Luciara –MT no dia 05/06/2020.

#### 9- DOS RECURSOS

9.1- Dos atos praticados pela Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado nº S001/2020, caberá recurso na forma da lei, desde que apresentado no prazo referido a seguir, contado da data da sua divulgação, ressalvados os prazos específicos previstos neste Edital:

a) Dos atos do Edital: 24 (vinte e quatro) horas

b) Indeferimento de inscrição: 24 (vinte e quatro) horas

c) Divulgação do resultado do Processo Seletivo Simplificado: até 48 horas

9.2- A interposição de qualquer recurso previsto no presente Edital deverá ser feita pelo candidato mediante e E-mail. [pmluciara.mt@gmail.com](mailto:pmluciara.mt@gmail.com).

9.3- Não será aceito recurso via postal, via fax, e fora do prazo.

9.4- A decisão de recurso será dada a conhecer coletivamente por meio de Edital complementar que será publicado no endereço eletrônico <https://diariomunicipal.org/mt/amm/publicacoes/> no mural da Secretaria Municipal de Saúde e no saguão de entrada da Prefeitura Municipal de Luciara-MT.

9.5 - O recurso deverá ser apresentado em formulário de recurso disponibilizado no Anexo III deste edital, datilografado ou digitado, assinado pelo candidato, endereçado à Comissão Organizadora.

#### 10 – DA CONVOCAÇÃO

10.1– Os candidatos selecionados serão convocados para a contratação nos termos da legislação específica vigente, atendendo às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Luciara-MT, seguindo-se rigorosamente a ordem de classificação e durante a validade do Processo Seletivo Simplificado nº S001/2020.

10.2– Os candidatos serão convocados através de publicação no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Luciara MT <https://www.luciara.mt.gov.br/> e <https://diariomunicipal.org/mt/amm/publicacoes/>, para comparecer em data, horário e local estabelecidos.

10.3.- O candidato terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para comparecer e efetivar o contrato.

10.3.1 –O candidato poderá abdicar da posição de classificação, por intermédio de solicitação formal por escrito, sendo reclassificado para o fim da lista, enquanto estiver no prazo da validade do processo.

10.4– Para efetivação do contrato, o candidato deverá apresentar documentação no original ou fotocópia autenticada em cartório, que comprove o que segue:

10.4.1.Cédula de Identidade devidamente autenticada;

10.4.2.Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da Lei (art. 12 e 37, I da CF/88);

10.4.3. Certidão de Casamento ou Nascimento;

10.4.4. Certidão de Nascimento e CPF dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

10.4.5. Cadastro de Pessoa Física (CPF) autenticado;

10.4.6. Comprovante de votação das duas últimas eleições que antecedem o contrato ou certidão de quitação eleitoral;

10.4.7. Título de Eleitor autenticado.

10.4.8. Atestado Médico Admissional expedido de acordo com as exigências da Administração Municipal;

10.4.9. Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

10.4.10.Não ter infringido as leis que fundamentaram este Edital;

10.4.11. Comprovação de endereço residencial;

10.4.12. Declaração de bens;

10.4.13- Declaração de não acúmulo de cargo público.

10.4.14. Certidão Negativa Cível e Criminal da Justiça Federal e da Justiça Estadual onde tenha residido nos últimos 05(cinco) anos;

10.4.17. Número de conta bancária.

10.5. A contratação dos aprovados neste Processo Seletivo Simplificado será efetivada exclusivamente para suprir vagas temporária sem caráter permanente e efetivo pelo período de situação de emergência decretado em razão do COVID-19;

10.6. As contratações serão feitas por tempo determinado, com prazo de 4(quatro) meses, podendo ser prorrogado por período devidamente disposto na Legislação pertinente.

10.7 Caso haja a extinção da necessidade do serviço para o qual fora contratado; o contrato será rescindido mediante comunicação prévia ao contratado.

10.8. A contratação nos termos da legislação pertinente a este processo não confere direitos nem expectativa de direito à efetivação no serviço público municipal.

10.9. É motivo de rescisão da contratação quando acometido irregularidades na prestação dos serviços ou quando haja excepcional interesse público nos termos e condições dispostos em lei.

10.10 O contrato firmado extinguir-se-á:

- a) Automaticamente pelo término do prazo contratual, prescindindo qualquer outra formalidade;
- b) Por iniciativa do contratado;
- c) por falta superior a 5 dias consecutivos ou a 10 dias fracionados ao trabalho, sem justificativa, no período de 30 (trinta) dias consecutivos;
- d) pela prática ou cometimento de atos ou faltas graves pelo contratado;
- e) pela substituição do contratado por candidato aprovado em concurso público.

#### 11 – DO REGIME JURÍDICO DE TRABALHO E DO REGIME PREVIDENCIÁRIO

11.1– Os contratos serão de natureza estatutária, celebrado exclusivamente em caráter emergencial e temporário, sob a égide do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Luciara/MT, Lei Municipal n.º 505/2009, e os contratados serão vinculados ao Regime Geral de Previdência Social.

#### 12 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1– O presente Processo Seletivo Simplificado terá o prazo de validade para o ano de 2020.

12.2– Caso ocorram desistências ou eliminações de candidatos convocados para a contratação, a Prefeitura Municipal de Luciara-MT promoverá tantas convocações e admissões quantas julgar necessárias durante o período de validade do Processo Seletivo Simplificado, dentre os candidatos classificados, observando sempre o número de vagas existentes na área de abrangência, ou que venham ser criadas por lei específica.

12.3– Será considerado desistente e, portanto, eliminado do Processo Seletivo Simplificado:

- a) O candidato que não comparecer nas datas estabelecidas pela Prefeitura Municipal de Luciara-MT para contratação, ou deixar de cumprir os requisitos exigidos.
- b) O candidato que, à época da convocação, não apresentar no prazo previsto, a documentação exigida para o exercício legal do cargo de agente de vigilância epidemiológica, será considerado eliminado sumariamente.

12.4– As publicações relativas à homologação do Processo Seletivo Simplificado e a convocação dos classificados serão tornadas públicas no endereço eletrônico <https://diariomunicipal.org/mt/amm/publicacoes/>, no mural da Secretaria Municipal de Saúde e no mural do saguão de entrada da Prefeitura Municipal de Luciara-MT, sendo de responsabilidade do candidato o acompanhamento de tais publicações.

12.5– Os casos omissos serão resolvidos pela Prefeitura Municipal de Luciara-MT, em conjunto com a Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado nº S00/2020.

#### 13- CRONOGRAMA

DATAS PREVISTAS	EVENTOS
22/05/2020	PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE ABERTURA
22 à 23/05/2020	PRAZO DE IMPUGNAÇÃO DO EDITAL DE ABERTURA
22 à 29/05/2020	INSCRIÇÕES/CONTAGEM DE PONTOS
03/06/2020	DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO POR CONTAGEM DE PONTOS.
04/06/2020	RECURSO CONTRA A CLASSIFICAÇÃO POR CONTAGEM DE PONTOS
05/06/2020	HOMOLOGAÇÃO FINAL DAS INSCRIÇÕES/ CLASSIFICAÇÃO POR CONTAGEM DE PONTOS.
05/06/2020	DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO FINAL PARA HOMOLOGAÇÃO DO PREFEITO MUNICIPAL.

Luciara - MT, 22/05/2020

.....  
Presidente da Comissão Organizadora

do Processo Seletivo Simplificado n.º S001/2020

#### ANEXO I

#### PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº S001/2020

#### DO CARGO E DAS VAGAS

Nº CARGO	REQUISITOS	REMUNERAÇÃO	CH	VAGAS	LOCAL DE TRABALHO
02 Vigilância Epidemiológica	Nível Médio Completo.	R\$ 1045,00	40 h	Cadastro Reserva	Sede, .....

Presidente da Comissão Organizadora

do Processo Seletivo Simplificado n.º S001/2020

ANEXO II

FICHA DE INSCRIÇÃO / CONTAGEM DE PONTOS

TESTE SELETIVO SIMPLIFICADO S001/2020

OBS.: Preencher com letra de forma e sem rasuras.

Nº Inscrição

O(a) abaixo assinado(a), em cumprimento ao Edital do Teste Seletivo Simplificado nº S001/2020, requer sua inscrição no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, para a vaga abaixo especificada, anexando os documentos necessários conforme registro a seguir:

<b>Parte I IDENTIFICAÇÃO PESSOAL</b>
NOME:
CPF:
Sexo: Feminino ( ) Masculino ( ) Est.Civil:
E-mail:
Data do Nascimento: / / . Nacionalidade:
Nome da mãe:
Endereço:
Bairro: Cidade:
U.F. C.E.P.
Telefones:
Cargo:
Sede ( ) ..... ( ) ..... ( ) ..... ( ) ... ( )

<b>Parte II CONTAGEM DE PONTOS</b>	
Crêterios:	Pontuação do Candidato:
Especialização na área da Saúde: 5,00 ponto para cada 8 horas.	
Total:	

Assinatura do Candidato \_\_\_\_\_

Assinatura da Comissão

Assinatura da Comissão

ANEXO III

### FORMULÁRIO PARA RECURSO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA E EMERGENCIAL PARA ATENDIMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DO MUNICÍPIO DE LUCIARA/MT

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

À

Comissão do Processo Seletivo

Prefeitura Municipal de Luciara – MT

Ref: Recurso Administrativo – Processo Seletivo Simplificado Edital nº 001/2020.

Recurso objetiva:

Marque abaixo o tipo de recurso:

- ( ) Inscrições (erro na grafia do nome) Inscrições (omissão do nome)
- ( ) Inscrições (Erro no nº de inscrição) Inscrições (erro no nº da identidade)
- ( ) Inscrições (erro na nomenclatura do cargo)
- ( ) Resultado (erro na pontuação e/ou classificação)
- ( ) Qualquer outra decisão proferida no certame. Especificar:

O candidato, abaixo qualificado, vem, respeitosamente, apresentar suas razões de recurso, nos termos abaixo:

Nome \_\_\_\_\_ do \_\_\_\_\_ candidato: \_\_\_\_\_

Número de Inscrição: \_\_\_\_\_ Concorrente ao cargo de: \_\_\_\_\_

Razões de recurso:

Atenciosamente,

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ**

**PREFEITURA  
COVID-19: COVID-19 DECRETO Nº. 2053/2020**

**DECRETO Nº. 2053/2020**

**DATA:** 25.05.2020

**SÚMULA:** *Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar e da outras providências.*

**JOÃO TEODORO FILHO, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais, e em consonância com a Lei Orgânica Municipal

**DECRETA:**

Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional especial na importância de R\$200,00 distribuídos as seguintes dotações:

Local: 030101

Dep. do Fundo de Prev. Municipal dos Serv. Públicos

Ficha: 367 - 04.122.0014.2007.0000

MANUT. DO FUNDO PREV. MUNICIPAL-PREV NAZAR..... 200,00

4.4.71.70.00 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Anulação:

Local: 030101

Dep. do Fundo de Prev. Municipal dos Serv. Públicos

Ficha: 362 - 99.999.0014.2007.0000

MANUT. DO FUNDO PREV. MUNICIPAL-PREV NAZAR..... -200,00

9.9.99.99.00 RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Nazaré, 25 de maio de 2020

JOAO TEODORO FILHO

Prefeito

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA**

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO  
COVID-19: ATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA EMERGENCIAL DE  
LICITAÇÃO Nº 050/2020**

**COVID-19: ATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA EMERGENCIAL DE LICITAÇÃO Nº 050/2020.** A Secretaria Municipal Administração, através do Departamento de Compras, torna público que, por determinação do Sr. Prefeito, no uso de suas atribuições legais, com base no Parecer Jurídico nº 141/PGM/2020, RATIFICA o Procedimento Administrativo nº

050/COMPRAS/SAD/2020. OBJETO: **AQUISIÇÃO DE BOMBAS DE INFUSÃO UNIVERSAL, BOMBA DE INFUSÃO VOLUMÉTRICA, CUJOS MATERIAIS SERÃO UTILIZADOS PELOS PROFISSIONAIS QUE ESTÃO NA LINHA DE FRENTE DO COMBATE AO CONVID19**, através da empresa: **HOSPCOM EQUIPAMENTOS HOSPITALARES EIRELI** devidamente inscrita no CNPJ Nº 05.743.288/0001-08 cujo valor é de **R\$ 264.000,00** (duzentos e sessenta e quatro mil reais). O fundamento legal para a Dispensa é o **Art. 24, Inciso IV da Lei nº 8.666/93** e alterações posteriores, concomitante com a Lei Federal nº 13.979/2020 e Decretos 119/2017 e 128/2020. Tangará da Serra-MT, 26 de Maio de 2020. Eduardo Canedo de Souza Telles – Chefe Departamento de Compras.

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO  
COVID-19: ATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA EMERGENCIAL DE  
LICITAÇÃO Nº 051/2020**

**COVID-19: ATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA EMERGENCIAL DE LICITAÇÃO Nº 051/2020.** A Secretaria Municipal Administração, através do Departamento de Compras, torna público que, por determinação do Sr. Prefeito, no uso de suas atribuições legais, com base no Parecer Jurídico nº 141/PGM/2020, RATIFICA o Procedimento Administrativo nº 051/COMPRAS/SAD/2020. OBJETO: **AQUISIÇÃO DE CONTAINER DE 1.000 LITROS, SERÃO UTILIZADOS PELOS PROFISSIONAIS QUE ESTÃO NA LINHA DE FRENTE DO COMBATE AO CONVID19**, através da empresa: **TRATORTEMAQ – MECÂNICA E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS** devidamente inscrita no CNPJ Nº 05.199.998/0001-19 cujo valor é de **R\$ 1.140,00** (Um mil e cento e quarenta reais). O fundamento legal para a Dispensa é o **Art. 24, Inciso IV da Lei nº 8.666/93** e alterações posteriores, concomitante com a Lei Federal nº 13.979/2020 e Decretos 119/2017 e 128/2020. Tangará da Serra-MT, 26 de Maio de 2020. Eduardo Canedo de Souza Telles – Chefe Departamento de Compras.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE**

**CONTRATOS  
COVID-19: EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 15/2020**

**EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 15/2020**

**Objeto:** Solicito dispensa de licitação para prestação de serviços e materiais para a instalação de divisórias, para atender a secretaria municipal de saúde.

**Finalidade:** Atender as necessidades da Secretaria de Saúde.

**Contratado:** Divilar comércio de divisórias LTDA – R\$10.462,00.

**Fundamento Legal:** Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

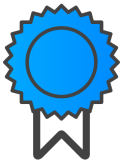
**Homologo**

Terra Nova do Norte - MT, 21 de MAIO de 2020.

**Valter Kuhn**

**Prefeito Municipal**

Esse documento foi assinado por



<b>Signatário</b>	CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
<b>Data/Hora</b>	Wed May 27 07:09:55 UTC 2020
<b>Emissor do Certificado</b>	CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
<b>Número Serial.</b>	1170115676103352402
<b>Método</b>	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sh1 (Adobe Signature)